

COMPREENDENDO O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE: A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Lorena Raquel de Alencar Sales de Moraes
Universidade Estadual do Piauí
lorenaraquel@urc.uespi.br

RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo discutir a relevância da pedagogia do oprimido nas bases teóricas que fundamentam a educação dos camponeses. Para melhor construir este trabalho buscamos realizar estudo bibliográfico traçando pontes de discussão com Paulo Freire (2013), e a obra Pedagogia do Oprimido, dialogando com Caldart (2012), que descreve de maneira didática a Pedagogia do Movimento Sem Terra na construção da Educação do Campo; Krupskaya (2017), para o entendimento da Pedagogia Socialista e seus princípios na construção de uma educação contra hegemônica. Para enfatizar a relação que buscamos realizar neste trabalho, a priori, se faz necessária a discussão sobre o conceito da Educação do Campo através dos movimentos sociais que vêm problematizando a educação conhecida como rural.

Palavras-chave: Base teórica, Pedagogia do Oprimido, Educação do Campo.

1. Os Desafios da Educação do Campo

As lutas realizadas para a construção do MST e o movimento por uma Educação do Campo, nos leva a dar continuidade às discussões relacionadas ao paradigma construído no decorrer desse processo de conquistas e resistências aos povos camponeses. Para se tornar um paradigma denominado Educação do Campo, foi necessária a desconstrução de outras concepções de educação que pairavam e fundamentavam o desenvolvimento dos processos educacionais aos sujeitos que viviam e trabalhavam no campo brasileiro, a educação rural.

A territorialidade envolvendo as questões do campo, são consideradas aqui como espaços políticos, com a ação e poder nas relações sociais, discorrem assim as condições materiais, intelectuais, histórica e econômicas na concretização da Educação do Campo como política educacional voltada aos camponeses com suas especificidades, portanto, “O campo da Educação do Campo é analisado a partir do conceito de território, aqui definido como espaço



político por excelência ... onde se realizam determinadas relações sociais.” (Fernandes & Molina, 2004, p. 32).

Ao discutir-se o conceito da Educação do Campo com bases nos autores que discutem é necessária a compreensão das concepções adotadas na materialidade dessa educação que por sua vez, perpassam pelos caminhos entrelaçados das políticas, envolvendo assim, as questões econômicas, sociais e históricas desse processo. Dessa forma, a mudança nas concepções envolvendo os paradigmas da *Educação Rural* e *Educação do Campo* está intrinsecamente relacionada ao desenrolar das questões históricas, econômicas e sociais do país. Dessa forma é necessária a compreensão desses conceitos a partir do entendimento dos aspectos histórico social e econômico da Educação, considerando os obstáculos, desafios, lutas, relação de poder existente na sociedade dividida em classe, onde alguns sujeitos sociais são privilegiados em detrimento de outros.

A atualidade que abrange o paradigma da Educação rural, encontra-se apoiada a um ótica tradicional do espaço rural no país, negando propostas referentes às inter-relações emergentes da sociedade brasileira, não incorporando as questões elencadas à sociedade por movimentos sociais e sindicais, que lidam diretamente com a realidade desses sujeitos. (Fernandes & Molina, 2004).

Dessa forma, a educação rural, encontrava-se na base do pensamento latifundiário assistencialista, onde havia um controle político sobre a terra e das pessoas que vivem nela, contemplando uma formação em que pessoas continuassem a acreditar no conformismo das suas condições econômicas, não necessitando de estudos críticos-reflexivos para garantir sua sobrevivência. Essa discussão trouxe enraizada consigo o pensamento da cidade como desenvolvimento e do campo o atraso social. Assim,

A Educação Rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação política ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isto é coisa de gente da cidade” (Leite, 2002, p. 14).

Após muitas lutas e reivindicações, as políticas voltadas à educação nas áreas rurais vieram a ganhar algum espaço com a constituição federal de 1988, a qual enfatiza o direito à educação para todos, surgindo assim novas discussões e conseqüentemente uma nova concepção de educação voltada ao campo. Com uma educação que respeita e considera as singularidades dos sujeitos, seus saberes, da sua cultura, e da realidade que o cerca. Foi uma



conquista que trouxe desenvolvimento ao campo, mas críticas fomentam que ainda há muito que fazer. Nessa perspectiva,

Não podemos esquecer que essa expansão não se sustenta se for entendida apenas como ampliação do número de escolas, sendo mantidas as atuais condições pedagógicas e de infra-estrutura. Também não podemos incorrer no equívoco de tentar transpor para o campo o modelo de escola que predomina nas cidades. É preciso garantir uma proposta de organização do trabalho pedagógico, de formação do professor e de organização curricular que seja do campo, para o campo e no campo. (Brasil, 1988, p. 26).

O trecho desse trabalho enfatiza a importância da mudança em vários aspectos voltados ao investimento da Educação do Campo, onde destacamos aqui a formação de professores, que contribui para o desenvolvimento de muitas atividades dentro das escolas, contribuindo assim para uma verdadeira mudança nesses espaços.

2. Influências teóricas da Educação do Campo

Diante de tantas conquistas e desafios postos na construção do novo paradigma voltado a educação dos povos camponeses sente-se a necessidade da elaboração da proposta teórico-metodológica desses processos educativos, na produção do conhecimento considerando os aspectos aqui discutidos, onde nessa nova empreitada a participação dos Movimentos Sociais foi importante, pois fazem uma tensa e longa caminhada com o intuito de estabelecer para o campo uma agenda pública.

O desafio teórico da Educação do Campo e da construção de um novo paradigma (contra hegemônico) da Educação do Campo está na produção de teorias, em que a construção, consolidação e disseminação das concepções voltadas a Educação do Campo, considerando, os atuais conceitos, assim como as recentes ideias que fortalecem a tomada de posição diante da realidade constituída na relação campo e educação. Fundamentando assertiva do desafio na construção do novo paradigma da Educação do Campo temos que,

Este desafio se desdobra em três tarefas combinadas: manter viva a memória da Educação do Campo, continuando e dinamizando sua construção e reconstrução pelos seus próprios sujeitos; identificar as dimensões fundamentais da luta política a ser feita no momento atual; e seguir na construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. (Caldart, 2004, p. 12)





Dentro desse desafio de construção do novo paradigma é importante discorrer sobre os três pontos levantados acima, onde há a necessidade de se resgatar e preservar a história de estruturação da Educação do Campo, do contexto histórico e das inúmeras conquistas e obstáculos. Outro ponto consiste na identificação e fundamentação das lutas na atualidade, considerando as novas dimensões desse aspecto, e por fim continuidade da construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo, em que tem como base três pilares teóricos: pedagogia socialista, pedagogia do oprimido e pedagogia do movimento.

A primeira das influências teóricas que fundamenta a Educação do Campo a qual discutiremos aqui está no pensamento pedagógico socialista, a qual ajuda a refletir a relação entre educação e produção, considerando assim a realidade particular dos sujeitos do campo. Além da compreensão de produção ajuda também a compreender a dimensão pedagógica do trabalho e da organização coletiva, e ainda a cultura no processo histórico, podendo ser inter-relacionado às ideias recentes da psicologia sociocultural e de outras ciências as quais procura compreender a arte de educar, dentro da perspectiva humanista e crítica. (Caldart, 2004)

Para discutir as lutas sociais e as políticas que demarcam a formação humana contra hegemônica do capital é necessária compreensão da pedagogia socialista, que faz parte da base teórica dos processos educativos envolvendo a Educação do Campo assim como as formações do MST.

As concepções hegemônicas do capital perpassam a lógica do estado burguês e consequentemente a educação dos sujeitos que vivem amparados a essa lógica, em que “seja uma monarquia ou uma república, não importa – a escola é um instrumento de subjugação intelectual de massas nacionais. (Krupskaya, 2017, p. 65) o autor descreve a respeito da compreensão de sociedade capitalista a partir da lógica do capital. Frigotto (2017) destaca que esta compreensão demonstra que na sociedade capitalista as desigualdades sociais são responsabilidade individual do sujeito, descrevendo que o acesso às riquezas é realizado através da dedicação do sujeito, desconsiderando qualquer forma de exploração da força de trabalho das classes subalternas. Essa ideia vai reforçando cada vez mais a importância do papel da escola na construção de uma nova sociedade, buscando formar o novo homem, mais consciente da sua situação de exploração, mais questionador e observador da realidade vivenciada na sociedade de classe.

Mas afinal como a escola deveria ser para estar em condições de formar essas pessoas? Para responder tal questionamento buscamos sistematizar a construção da pedagogia socialista e, portanto, da escola socialista a partir da pedagogia revolucionária Krupskaya, onde a mesma descreve que a *primeira preocupação deve ser o fortalecimento* (a todo custo)





da saúde e a força da geração mais jovem. E em segundo ponto preocupar-se com o amplo desenvolvimento do trabalho produtivo das crianças. Assim percebemos dois pontos cruciais para a compreensão dessa perspectiva educacional que veio como legado da revolução russa e de teóricos vanguardistas no que tange a compreensão da sociedade burguesa e do capital, a vida (saúde e força, suprir as necessidades básicas para manter-se vivo) e o trabalho (coletivo e socialmente útil).

Outra referência relevante que encontramos para construção do projeto político pedagógico da Educação do Campo debruça-se em uma reflexão teórica mais recente, denominada de Pedagogia do Movimento. Dentro dessa teoria têm “[...] uma reflexão pedagógica que a Educação do Campo está ajudando a construir, na perspectiva talvez de chegarmos a produzir uma tradição pedagógica que tenha como referências o campo e as lutas sociais” (Caldart, 2004, p. 14)

Construção histórica da pedagogia do movimento sem-terra, surgimento da escola e do MST tem como ponto de partida a ocupação da escola, onde esta ação tem pelo menos três significados, a saber: o *primeiro significado* consiste na mobilização das famílias sem-terra pelo direito à escola, buscando a possibilidade de uma escola a qual os processos educativos fizessem sentido em sua vida presente e futura. Dessa forma, “[...] aos poucos as crianças vão tomando também lugar, e algumas vezes à frente, nas ações necessárias para garantir sua própria escola. Esse é, de fato, o nascimento do trabalho com educação no MST”. (Caldart, 2012, p. 228)

O *segundo significado* visa que o MST, a partir das pressões ocasionadas pela mobilização das famílias e das professoras, tomam para si a tarefa de *organizar* mobilizações com pautas na luta pela produção “uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas, e formar educadoras e educadores capazes de trabalhar nessa perspectiva”. (Caldart, 2012, p. 229)

Por fim, o *terceiro significado* para ocupação da escola na construção histórica da pedagogia do movimento é que o MST passa a incorporar a escola a dinâmica do movimento que passa a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias sem-terra, consolidando assim que o acampamento e assentamento do MST *tem que ter* escola e, não *uma escola qualquer*, passando a ser vista como uma questão política, devendo fazer parte das lutas do próprio movimento. (Caldart, 2012)

Outra referência relevante na fundamentação teórica da Educação do Campo está voltada ao pensamento que discorre a Pedagogia do Oprimido, articulando ainda a tradição pedagógica desinente dos ensaios da Educação Popular, a qual agrega o diálogo com as





matrizes pedagógicas da opressão que traz as discussões da consciência das condições de oprimido na educação, e da cultura fundamental na formação humana do sujeito que vivencia a realidade do campo. Dentro dessa referência o teórico mais estudado, dentre outros, é especialmente Paulo Freire. (Caldart, 2004) discorreremos aprofundadamente sobre esse pilar teórico direcionado aos estudos dos processos educativos voltados aos povos camponeses nas próximas discussões do presente texto.

3. Pedagogia do oprimido na consolidação da Educação do Campo

Na discussão envolvendo a pedagogia do oprimido e a educação popular de maneira a tornar sua explicação mais profunda e didática melhor se faz necessária uma Alteração do contexto histórico social do Brasil na época em que a obra, juntamente com o movimento da educação popular foram ganhando força e espaço no campo da educação. Ao que tange a Pedagogia do Oprimido, é importante lembrar que Paulo Freire destaca a situação de opressão-libertação como princípio pedagógico. As lutas para transformar as experiências de opressão da sociedade têm estreita relação histórica com os processos de transmutar das desigualdades em coletivos diversos envolvendo desde a questão gênero, etnia, raça passando também a classe e ao campo. (Arroyo, 2012)

Os debates que contornam a situação de opressão dos sujeitos sociais têm sua gênese também na contradição existente nas sociedades modernas, pois esta considera os seres humanos livres e iguais, mas que no plano material, econômico e político encontram-se presos a grilhões, suas mentes e consciências ainda permanecem presas ao regime antigo em que este (ser humano) era reputado a escravo e, depois, servo, numa relação social de trabalho considerada natural. A igualdade e liberdade “dada” ao ser humano na sociedade moderna não se concretiza na totalidade, pois a “barbarização” do trabalho pelo capital, proveniente dos processos construídos a partir do modo de produção capitalista, desde o início protelou um novo modo de produção, firmando um novo modo de poder político e social. Esse processo acaba desprendendo lutas pautadas nos “[...] direitos, por condições dignas de vida, e pela possibilidade de afirmação das identidades, enfim, as lutas dos movimentos reivindicatórios, de contestação e de busca pelo poder político do século XX”. (Paludo, 2012, p. 282)

A partir do desvelar da realidade vivida pela classe trabalhadora, sobretudo a rural, o movimento da educação popular, começa a se fortalecer como teoria e prática educativas que contrapunha às pedagogias tradicionais, as quais estavam ocupados na manutenção das estruturas de poder político em vigência, voltadas, portanto a exploração da força de trabalho





e de domínio cultural. Junto a tal situação “[...] nasce e constitui-se como ‘Pedagogia oprimido’, vinculada ao processo de organização e protagonismo dos trabalhadores do campo e da cidade, visando à transformação social.” (Paludo, 2012, p. 282)

Para melhor contextualizar a constituição da educação popular no Brasil, é importante identificar três momentos fortes, perpassando por elementos que acompanham o processo de desenvolvimento brasileiro. O *primeiro momento* foi em “[...] meados da Proclamação da República (1889), estendendo-se até 1930”. Nesse contexto encontramos as disputas pelo controle dos encaminhamentos do desenvolvimento no Brasil, representando a mudança de um modelo agrário-exportador para um modelo urbano-industrial. Nesse período é possível perceber que as novas propostas e práticas educativas alternativas foram embasadas teoricamente pelos socialistas, anarquistas e comunistas, que influenciaram a análise social dos direcionamentos da educação no país e, portanto, a necessidade de buscar explicações a mazelas sociais proveniente da educação opressora e de classe que estava em ascensão na época. (Paludo, 2012)

O *segundo momento* se deu com O Golpe de 1964, representando a opção por um projeto de desenvolvimento cada vez mais associado e subordinado ao capital internacional. No período da ditadura militar, teorias críticas, produtivistas e de *desescolarização*, ganham cada vez mais espaço no Estado e na escola como aparelhos de reprodução da ordem da capital. Por fim, o *terceiro momento* se deu a partir de 1978, onde há a emergência das lutas populares que haviam perdido força no início do regime militar. Nesse contexto, estendendo-se aproximadamente até os anos 1990, “... a educação popular firma-se como uma das concepções de educação do povo e avança na elaboração pedagógica e nas práticas educativas, principalmente nos espaços não formais”. (Paludo, 2012, p. 284). Assim o movimento voltado à educação, sobretudo, da classe trabalhadora, ganha força e respaldo teórico com a pedagogia do oprimido.

A Pedagogia do Oprimido dessa forma surge arraigada ao movimento de educação e cultura popular, especificamente ao fim dos anos 1950 até os anos 1960, em um período de exaustão do populismo e das diversas manifestações provenientes da classe popular em pressões sociais. Esse movimento é resultado, principalmente, da organização dos trabalhadores do campo nas Ligas Camponesas e sindicatos, em um momento Refletido na situação política das lutas por reformas de base, sobretudo direcionadas às pressões pela Reforma Agrária e da persistência da questão agrária na formação social e política do país. (Arroyo, 2012)





Para compreender melhor a pedagogia do oprimido se faz necessária adentrarmos a uma breve discussão sobre a formação e o contexto histórico de Paulo Freire, que ao produzir a obra encontrava-se exilado pelo golpe militar de 1964. Tal situação foi consequência (também) da Campanha Nacional de Alfabetização no Governo de João Goulart a qual conscientizar massas populares que assim incomodavam as elites conservadoras brasileiras. Freire ficou 75 (setenta e cinco) dias preso, sendo acusado de subversivo e ignorante. (Gadotti, 1996). Dessa forma, percebemos o contexto de pressão e as ideias de libertação proveniente da educação libertadora a qual Freire punha em prática, acarretando a fúria da classe dominante do país, que se sentiu ameaçada com o processo de escolarização das massas.

Após passar alguns dias na Bolívia, Freire ainda exilado, foi para o Chile, onde viveu de 1964 a 1969 participando de importantes reformas direcionadas “pelo governo democrata-cristão Eduardo Frei, recém-eleito com o apoio da Frente de Ação Popular” (Gadotti, 1996,p.5). Nesse contexto, a reforma agrária do país, exigia o deslocamento das ações do Estado aos campos buscando estabelecer uma nova estrutura agrária, além de “... fazer funcionar os serviços de saúde, transporte, crédito, infraestrutura básica, assistência técnica, escolas etc.” (Gadotti, 1996,p.5).

Durante o processo de mudanças do setor agrário do Chile, Paulo Freire foi convidado para trabalhar na formação dos novos técnicos que ajudariam a concretizar a reforma no país. A experiência de freire ao vivenciar o processo de reforma agrária do Chile foi de fundamental importância para compreender a consolidação da sua obra, sobretudo do pensamento político-pedagógico, sendo que nesse contexto “... ele encontrou um espaço político, social e educativo muito dinâmico, rico e desafiante, permitindo-lhe reestudar seu método em outro contexto, avaliá-lo na prática e sistematizá-lo teoricamente”. (Gadotti, 1996, p.56). A obra recebe apoio de educadores de esquerda os quais “... apoiaram a filosofia educacional de Paulo Freire, mas ele teve a oposição da direita do PDC (Partido Democrata Cristão) que o acusava, em 1968, de escrever um livro ‘violentíssimo’ contra a Democracia Cristã.” (Gadotti, 1996, p.6)

Apesar da aceitação da filosofia educacional proposta por freire por uma parte dos educadores chilenos, recebeu críticas fervorosas da oposição de direita conservadora, acusando suas ideias de violentas a democracia cristã. Tal motivo leva Freire a sair do Chile e publicar a obra nos Estados Unidos alguns anos depois.

A Pedagogia do Oprimido é, portanto, “... uma concepção de educação construída em um contexto histórico e político concreto”. Tal prática pedagógica foi composta e produzida





“...nas experiências sociais e históricas de opressão e nas resistências dos oprimidos, dos movimentos sociais pela libertação de tantas formas persistentes de opressão. (Arroyo, 2013, p.556).

As ideias discutidas na pedagogia do oprimido mostram que se não houver reconhecimento das teorias de valores nas experiências humanas, do trabalho, da luta, a vida, não será possível encontrar significado histórico, e ainda não se terá força pedagógica nem política para concretizar mudanças, a quais devem reconhecer também que o conhecimento é inseparável dos sujeitos históricos que a constrói, incluindo os valores a cultura e a emancipação. Assim, afirma que,

Em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciências, “a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes”. Os métodos da opressão não podem, contraditoriamente, servir à libertação do oprimido. Nessas sociedades, governadas pelos interesses de grupos, classes e nações dominantes, a “educação como prática da liberdade” postula, necessariamente, uma “pedagogia do oprimido”.(Freire, 2013, p.11)

A assertiva do autor nos leva a questionar primeiramente, a que tipo de sociedade pretende se contrapor nesse processo de formação humana envolvendo o movimento da Educação do Campo no Brasil? A contradição existente na libertação das mentes e consciência das classes trabalhadoras, subalternas, e explorados, dentro de um Estado que valida a propriedade privada das mentes e métodos de desenvolvimentos, sobretudo, na educação, economia e política. Onde, não é possível libertar mentes dentro de uma sociedade governada por interesse de grupos, necessitando assim de uma pedagogia do oprimido. É válido frisar, portanto, que é a esse tipo de sociedade que a Educação do Campo, pautada em teorias, como a pedagogia do oprimido, pretende combater, desconstruir e transformar.

Como combater a opressão vivida pelos oprimidos? Dentro da contradição opressor-oprimido é necessário atentar-se que, o oprimido não desconstrói o ciclo nem passa ter consciência da opressão tronar-se assim um opressor em que a essa mudança somente será real e se precisa quando os oprimidos, ao “... buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores...” onde este terá que tomar para si a responsabilidade humanística de “... libertar-se a si e aos opressores.” (Freire, 2013,p.41)

Assim como é necessária a superação da sociedade onde se privilegia uma classe, da superação contradição opressor-oprimido é relevante ainda superar a educação pensada a





partir da lógica do capital a qual busca realizar a manutenção desse raciocínio. Mas afinal a que tipo de educação tanto referimo-nos? Na pedagogia do oprimido a educação a qual busca desconstruir e transformar é a educação bancária. Nesta concepção é “... o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos”. Na educação bancária, como podemos perceber na assertiva acima, centraliza sua atenção aos professores, onde o mesmo são os detentores do conhecimento, que disciplinam, os que prescrevem opções, senhores dono da fala, assim os sujeitos principais dos processos educativos, tornando os alunos coadjuvantes no desencadeamento da educação, determinando a característica de alunos passivos, de simples receptores, objetos do saber e ainda, como um simplório depósito de conhecimento.

Na visão “bancária” da educação, o ser humano é visto como sendo adaptáveis, onde exercitam os educandos no arquivamento dos depósitos com o objetivo de menos desenvolver neles a consciência crítica, como resultado da sua inserção no mundo, o qual podem transformá-los em sujeitos ativos desse processo. “Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos”. (Freire, 2013, p.83). Assim, é a essa educação que a concepção de pedagogia do oprimido, arraigada a educação popular, e adotada como fundamentação teórica da Educação do Campo, pretende superar.

Dentro dessa superação nos veem outro questionamento, o que afinal trata-se portanto a pedagogia do oprimido nesse processo de superação da educação bancária? Para melhor responder a tal questionamento se faz necessária a discussão relacionada à contradição existente no novo homem que se percebe oprimido e passa a aderir o opressor, onde aderindo ao opressor, não permite a estes “a consciência de si como pessoa, nem a consciência de classe oprimida”. Na falsa interpretação de que sair da condição de oprimido o fará livre da opressão, não obtendo a consciência desse ciclo nem da estrutura e superestrutura da sociedade capitalista, dividida em classe, trazendo como exemplo dessa contradição em que os oprimidos “... querem a reforma agrária, não para se libertarem, mas para passarem a ter terra e, com esta, tornar-se proprietários ou, mais precisamente, patrões de novos empregados”. (Freire, 2013, p. 44). Nessa afirmação é possível perceber também o medo de se libertar do opressor, pois “[...] Os oprimidos, que introjetam a “sombra” dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na medida em que esta, implicando a expulsão desta sombra, exigiria deles que “preenchessem” o “vazio” deixado pela expulsão com outro conteúdo (Freire, 2013, p. 46).

Esse medo de libertar-se está relacionado ao processo de conhecer a si mesmo que inicialmente é conflitante e angustiante, no entanto, num momento posterior é possível dentro





das questões que se levantam surgirem respostas que geram novos questionamentos, pois “Ao se instalarem na quase, senão trágica descoberta do seu pouco saber de si, se fazem problema a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas”. (Freire, 2013, p. 39). Em torno da angústia do conhecer a si mesmo tem-se entrelaçados os processos de *Humanização e desumanização*, que “são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão”. (Freire, 2013, p.40).

A *humanização* pode ser considerada vocação dos homens, que negada “ na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores “ é afirmada na aflição sentida através da busca por “liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada”. (Freire, 2013, p. 40). A *desumanização*, não vista somente nos que têm “sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais”. Ou seja, lutar “pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como seres para si”, só é possível porque a desumanização, não é desígnio predeterminado, mas sim, consequência de “ [...] uma ‘ordem’ injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos”. (Freire, 2013, p. 41).

4. Considerações finais

Ao destacar a influência da pedagogia do oprimido na consolidação da Educação do Campo afirmamos que, esta busca nos processos de formação através do diálogo um desvelar da “opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará” (Freire, 2013, p. 43). Em que através desse desvelar é possível despertar no oprimido o sentimento de mudança de sua realidade de opressão, sentimento de luta, de ação e libertação. Dentro dessa libertação existe, porém, um grande desafio, o qual consiste em como os oprimidos poderão com o opressor hospedado em si? Como poderão, portanto, participar da construção “[...] como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram ‘hospedeiros’ do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora”. (Freire, 2013, p. 43). Ou seja, a pedagogia do oprimido arraigada a educação popular, se aproximam da realidade camponesa brasileira, discutindo a subjetividade dos sujeitos que compõe esse contexto social, fazendo-se desvelar dentro de si a força do (a) s camponeses no combate a opressão que antes não era percebida, despertando a luta e a esperança do amanhã com mais respeito, dignidade, direitos, educação, saúde e paz.



